



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
 Rua Sourbone, 375, . - Centreville  
 CEP: 13560-970 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

## SENTENÇA

Processo nº: **0009466-18.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **José Roberto Peruci**  
 Requerido: **Tim Celular Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

Processo nº 957/13

JOSÉ ROBERTO PERUCI, já qualificado, moveu a presente ação declaratório de inexistência de débito cc. indenização contra TIM CELULAR S/A, também qualificada, alegando que a ré teria feito três (03) apontamento de dívida em seu nome junto ao Serasa, referente aos contratos GSM160691003645, GSM160681134813 e GSM016067347977, referentes a linhas de celulares pós-pagos, as quais nunca adquiriu ou contratou, não tendo a ré providenciado a regularização devida, de modo que pretende seja declarada a inexistência dos débitos bem como seja a ré condenada ao pagamento de indenização pelo dano moral, decorrente do abalo de crédito, pelo valor de R\$ 35.000,00.

A ré contestou o pedido sustentando que os contratos em questão foram firmados a partir dos documentos pessoais do autor, e caso tenha havido fraude, tanto o autor como ela, ré, foram vítimas de estelionato, concluindo, assim, pela improcedência da ação pois não contribuiu para o resultado lesivo ao autor, causado por culpa de terceiro, ou, caso acolhida a demanda, seja a indenização fixada em valor módico.

O autor replicou reiterando os pedidos da inicial.  
 É o relatório.

Decido.

A alegação do banco réu, de que o contrato em questão foi firmado de acordo com os princípios da boa-fé não tem, por si, valor probatório absoluto.

Caberia ao banco réu fazer o argumento acompanhar da respectiva prova documental, qual seja, a via original do contrato com a assinatura do autor.

Esse documento, porém, não veio acostado à contestação.

Ora, trata-se aqui de típica relação de consumo, na qual cumpre ao fornecedor demonstrar a validade do contrato, a propósito da clara regra do inciso VIII do art. 6º, do Código de Defesa do Consumidor.

Mas, ainda que assim não fosse, não seria de direito impor-se ao autor o ônus de demonstrar que não firmou o contrato, pois, a propósito do brocardo *negativa non sunt probanda*, deve-se observar que “*o fato negativo não se prova, salvo se dele resultar uma afirmação*” (cf. MOACYR AMARAL SANTOS - *Prova Judiciária no Cível e Comercial*, Saraiva, 5ª ed., vol. I, págs. 192 e seguintes – in Ap. nº. 640.484-00/1 - 8ª Câmara do Segundo Tribunal de Alçada Civil


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

 – v. u. - WALTER ZENI, Relator<sup>1</sup>).

Assim é que, não tendo o réu apresentado documento efetivamente firmado pelo punho do autor, não há como se atender à tese de defesa, de que o contrato foi efetivamente firmado pelo autor e é válida e legítima sua cobrança.

Dizer tenha havido “*culpa exclusiva de terceiro*” (sic.), como quer o réu (fls. 52), não pode ser admitido, atento a que à expressa determinação contida no art. 14 do Código de Defesa do Consumidor sobre haver aí uma *responsabilidade objetiva* do fornecedor, e, portanto, no caso, do réu.

Há para a ré um “*dever de verificação*” em relação à autenticidade dos documentos da pessoa que se apresenta para abertura do contrato, em consequência do que a “*falta dessa atitude que caracteriza culpa, ainda que leve*” do fornecedor (cf. Ap. nº 914.684-3 - Oitava Câmara Primeiro Tribunal de Alçada Civil - votação unânime - MAURÍCIO FERREIRA LEITE Relator<sup>2</sup>; no mesmo sentido Ap. nº 1.007.998-4 - Nona Câmara Primeiro Tribunal de Alçada Civil - votação unânime - LUÍS CARLOS DE BARROS, Relator<sup>3</sup>).

Diga-se mais, atento ao disposto pelo art. 17 do mesmo Código de Defesa do Consumidor, haverá a autora de ser equiparada ao consumidor do serviço.

Em contrapartida, não haverá, em favor do banco réu, falar-se em *exercício regular de um direito* (sic.), pois em casos como o de *abertura de conta fantasma com o CPF da 'vítima-consumidor'*, hipótese equivalente ao caso aqui analisado, cumprirá ao fornecedor observar a *responsabilidade objetiva da relação de consumo (aqui totalmente involuntária)*, pois aplicável o art. 17 do CDC para transformar este terceiro em consumidor e responsabilizar o banco por todos os danos (materiais e extrapatrimoniais) por ele sofridos (cf. CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM<sup>4</sup>).

Também, afirmar que o autor faltou ao dever de guarda de seus documentos, quando prova alguma autoriza a afirmação de que o terceiro que se utilizou dos dados pessoais do autor efetivamente *tinha em sua posse* os documentos perdidos por aquele, parece-nos não autorizado.

O ilícito contratual, portanto, é inegável, cumprindo declarar-se inexistente a relação jurídica do contrato e indevido o protesto do título e o apontamento do nome o autor em cadastros de inadimplentes.

A declaração da inexistência da dívida, bem como a obrigação da ré em indenizar o autor pelo prejuízo moral, é inegável.

Destaque-se, sobre o dano moral, que o apontamento do nome do consumidor em cadastro de inadimplente implica em manifesta restrição do acesso ao crédito junto ao mercado comercial e financeiro, crédito que, “*em sentido amplo, representa um cartão que estampa nossa personalidade, e em razão de cujo conteúdo seremos bem ou mal recebidos pelas pessoas que conosco se relacionam na diuturnidade da vida privada*” (cf. YUSSEF SAID CAHALI)<sup>5</sup>, consistindo o só abalo deste crédito num efetivo prejuízo moral, acerca do qual não haverá falar-se em necessidade de produção de prova cabal dos prejuízos morais, “*eis que a indenização dos danos morais identifica-se apenas com padecimentos intelectuais ou subjetivos próprios das pessoas vitimadas por condutas ilícitas - Pedido juridicamente possível - Preliminar rejeitada*” (Apelação n. 1.022.297-8 - Décima Primeira Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil -

<sup>1</sup> LEX - JTACSP - Volume 185 - Página 431.

<sup>2</sup> LEX - JTACSP - Volume 185 - Página 236.

<sup>3</sup> LEX - JTACSP - Volume 190 - Página 94.

<sup>4</sup> CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM, *ob. cit.*, p. 251.

<sup>5</sup> YUSSEF SAID CAHALI, *Dano Moral*, RT, SP, 1998, n. 9.2, p. 358.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

 votação unânime - VASCONCELLOS BOSELLI, Relator) <sup>6</sup>.

Caiba-nos considerar, ainda na liquidação do dano, tratar-se de hipótese em que a condenação, embora firmada em responsabilidade objetiva, apresenta, também, certo grau de culpa subjetiva, pois a ré, ao firmar o contrato, não guardou maiores precauções quanto à conferência da autenticidade dos documentos da pessoa que firmava os contratos, até porque, nos dias de hoje, é bastante comum fraude dessa espécie.

Diante dessas circunstâncias, temos que a fixação da indenização em valor equivalente a cinco (05) salários mínimos se nos afigura suficiente a reparar o dano moral.

Tomando-se por base o disposto na Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça, para fins de liquidação do dano, fica eleito o salário mínimo vigente na data desta sentença (R\$ 678,00 –cf. *Decreto nº 7.872, de 26 de dezembro de 2012*), de modo que a condenação totaliza o valor de R\$ 3.390,00 e deve ser acrescido de correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, , a contar da data desta sentença.

O réu sucumbe, devendo, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que DECLARO INEXISTENTE o débito em nome do autor JOSÉ ROBERTO PERUCI tendo como credora a ré TIM CELULAR S/A, oriundo do contrato GSM160691003645 datado de 12 de outubro de 2012 no valor de R\$ 27,00, do contrato GSM160681134813 datado de 17 de setembro de 2012 no valor de R\$ 27,00, e do contrato GSM016067347977 datado de 12 de agosto de 2012 no valor de R\$ 27,00, e, como consectário, determino a exclusão definitiva dos apontamentos e anotações de inadimplência desse negócio junto ao SCPC e SERASA; CONDENO a ré TIM CELULAR S/A a pagar ao autor JOSÉ ROBERTO PERUCI indenização por dano moral no valor de R\$ 3.390,00 (*três mil trezentos e noventa reais*), acrescido de correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, , a contar da data desta sentença; e CONDENO a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Observe-se a manutenção da exclusão do nome do autor dos cadastros de inadimplentes, por força da manutenção de medida de antecipação da tutela.

P. R. I.

São Carlos, 21 de novembro de 2013.

<b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b>
---

<sup>6</sup> LEX - JTACSP - Volume 194 - Página 116